

Diário do Legislativo de 27/03/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA (PMDB/PPS/PSD):

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Anderson Aauto

3) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líderes: Kemil Kumaira

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

6) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Jr

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Durval Ângelo

Vice-Líder: Edson Rezende

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Carlos Pimenta (PDT)

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PL Presidente
Eduardo
Brandão

Deputado Hely PSDB Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado PFL
Sebastião
Navarro Vieira

Deputado PTB
Cristiano Canêdo

Deputado BPDP
Antônio Andrade

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

Deputado PT
Rogério Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Luiz Tadeu BPDP
Leite

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PL Presidente
Marco Régis

Deputado Ailton PTB Vice-Presidente
Vilela

Deputado PFL
Alberto Bejani

Deputado João PSB
Leite

Deputado PPB
Pinduca Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BDPD Presidente
Geraldo Rezende

Deputado PL Vice-Presidente
Agostinho Silveira

Deputado PSDB
Ermano Batista

Deputado PFL
Eduardo Hermeto

Deputado Aílton PTB
Vilela

Deputado BDPD
Márcio Kangussu

Deputado PT
Durval Ângelo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu BDPD
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Sebastião PFL
Costa

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Luiz Menezes BDP

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria PT Presidente
José Haueisen

Deputado João PL Vice-Presidente
Paulo

Deputado Doutor BDP
Viana

Deputado PTB
Agostinho Patrús

Deputado Bené PDT
Guedes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Anderson PL
Adauto

Deputado Antônio BDP
Andrade

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BDP Presidente
Kangussu

Deputado PDT Vice-Presidente
Marcelo
Gonçalves

Deputado Edson PT
Rezende

Deputado Elbe PSDB
Brandão

Deputado João PSB
Leite

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BDP

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo PFL Presidente
Piau

Deputado PSDB Vice-Presidente
Antônio Carlos
Andrada

Deputado José BDP
Henrique

Deputado João PTB
Pinto Ribeiro

Deputado Dalmo PPB
Ribeiro Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PFL
Costa

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Jorge Eduardo BDP
de Oliveira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro PSB Presidente
Lobo

Deputado Ivair BDP Vice-Presidente

Nogueira

Deputado PL
Anderson Adauto

Deputado PFL
Rêmoló Aloise

Deputado PTB
Dilzon Melo

Deputado PPB
Luiz Fernando Faria

Deputado PSDB
Antônio Carlos
Andrada

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado PT
Adelmo Carneiro Leão

Deputado BDP
Antônio Andrade

Deputado PL
Eduardo Brandão

Deputado PFL
Sebastião Navarro Vieira

Deputado PTB
Arlen Santiago

Deputado PPB
Gil Pereira

Deputado PSDB
Kemil Kumaira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PL Presidente
José Milton

Deputado PTB Vice-Presidente
Fábio Avelar

Deputado BDP
Antônio Andrade

Deputado PSB
Miguel Martini

Deputado PT
Maria José Haueisen

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado PL
Pastor George

Deputado PTB
Agostinho Patrús

Deputado Sávio Souza BPDP
Cruz

Deputado João Leite PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PDT Presidente
Batista de
Oliveira

Deputado Chico BPDP Vice-Presidente
Rafael

Deputado Jorge BPDP
Eduardo de
Oliveira

Deputado Kemil PSDB
Kumaira

Deputado Paulo PFL
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza BPDP
Cruz

Deputado Luiz Menezes BPDP

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas BPDP Presidente
Rodrigues

Deputado PTB Vice-Presidente
Agostinho
Patrús

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

Deputado BPDP
Antônio Genaro

Deputado PSDB
Amilcar Martins

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique BDP

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Irani Barbosa BDP

Deputado Maria Olívia PSDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PTB Presidente
Cristiano Canêdo

Deputado José BDP Vice-Presidente
Braga

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Cabo PL
Morais

Deputado PT
Adelmo Carneiro
Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Jorge Eduardo BDP
de Oliveira

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Marco Régis PL

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PPB Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Edson PT Vice-Presidente
Rezende

Deputado Paulo PL
Pettersen

Deputado Djalma PSDB
Diniz

Deputado Luiz BPDP
Menezes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Adelino de PMN
Carvalho

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Márcio BPDP
Kangussu

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PTB Presidente
Dilzon Melo

Deputado Bilac PFL Vice-Presidente
Pinto

Deputado Irani BPDP
Barbosa

Deputado Gil PPB
Pereira

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Ivair Nogueira BPDP

Deputado Dalmo Ribeiro PPB
Silva

Deputado Eduardo PL
Brandão

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIAE COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria PSDB Presidente
Olívia

Deputado Gil PPB Vice-Presidente
Pereira

Deputado BPDP
Márcio Cunha

Deputado PTB
Ambrósio Pinto

Deputado PL
Pastor George

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando PPB
Faria

Deputado José Braga BPDP

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Marco Régis PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÕES

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial dos Servidores Designados

Às quinze horas do dia cinco de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Geraldo Rezende, Dalmo Ribeiro Silva e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Geraldo Rezende, em que solicita seja convidado um representante do Tribunal de Justiça para falar sobre as ações judiciais para resguardar os direitos dos servidores da educação incluídos na categoria de direito individual homogêneo; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja convidada a Sra. Carmem Lúcia Antunes Rocha, Procuradora-Geral do Estado, para participar de reunião desta Comissão; da Deputada Elbe Brandão, em que solicita seja oficiado ao Dr. Mauro Santos Ferreira, Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração, para que seja remetido a esta Comissão o relatório contendo o atual quadro funcional da Secretaria de Estado da Educação. A Presidência concede a palavra aos Deputados. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2002.

Elbe Brandão, Presidente - Bilac Pinto - Geraldo Rezende - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL da comissão especial para emitir parecer sobre os vetos totais às proposições 14.985, 15.058 e 15.063

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, Edson Rezende e Antônio Carlos Andrada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião, esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão, informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator e convida o Deputado Edson Rezende para atuar como escrutinador. A seguir, o Presidente determina sejam distribuídas as cédulas de votação. Realizada a votação, são proclamados eleitos para Presidente o Deputado Geraldo Rezende e para Vice-Presidente o Deputado Edson Rezende. O Presidente "ad hoc" empossa o Vice-Presidente, passando-lhe a Presidência. O Deputado

Edson Rezende empossa o Presidente e retorna a Presidência a ele. O Presidente, Deputado Geraldo Rezende, agradece a confiança nele depositada e designa o Deputado Antônio Carlos Andrada como relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, comunica aos membros da Comissão que a reunião extraordinária para apreciar os pareceres será convocada por edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2002.

Geraldo Rezende, Presidente - Sebastião Costa - Antônio Carlos Andrada.

ATA DA 85ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às quinze horas do dia doze de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marco Régis, Aílton Vilela e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marco Régis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 3.137 a 3.146/2002; 3.152 a 3.156/2002; 3.158 e 3.159/2002; e 3.173 a 3.184/2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Marco Régis, Presidente - João Leite - Aílton Vilela.

ATA DA 68ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Olívia, Ambrósio Pinto e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.114/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.100/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres de redação final. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 710/99, do Deputado Márcio Cunha, que denomina o Centro de Feiras de Minas Gerais - Expominas Geroge Norman Kutova. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2002.

Maria Olívia, Presidente - Márcio Cunha - Ambrósio Pinto - Pastor George.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 84/2002

Às quatorze horas e quinze minutos do dia treze de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Cristiano Canêdo e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião, informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator, e convida o Deputado Cristiano Canêdo para atuar como escrutinador. A seguir, o Presidente determina sejam distribuídas as cédulas de votação. Realizada a votação, são proclamados eleitos para Presidente o Deputado José Henrique e para Vice-Presidente o Deputado Edson Rezende. O Presidente "ad hoc" empossa o Presidente, passando-lhe a direção dos trabalhos. O Deputado José Henrique agradece a confiança nele depositada, empossa o Vice-Presidente e designa o Deputado Cristiano Canêdo como relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, comunica aos membros da Comissão que a reunião extraordinária para apreciar o parecer será convocada por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Ermano Batista, Presidente - Cristiano Canêdo - Eduardo Hermeto.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS Vetos PARCIAIS às Proposições DE LEI nºs 15.051 e 15.052

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marco Régis, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Arlen Santiago e Cristiano Canêdo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marco Régis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela rejeição dos vetos parciais opostos às Proposições de Lei nºs 15.051 e 15.052 (relator: Deputado Hely Tarquínio). A Presidência suspende a reunião por cinco minutos para que se lave a ata desta reunião. O Presidente reabre os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos dessa Comissão.

Sala das Comissões, 19 de março de 2002.

Marco Régis, Presidente - Hely Tarquínio - Márcio Cunha - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 46ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia dezoito de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Rogério Correia e Sargento Rodrigues. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Carlos Andrada, Rômulo Aloise, Anderson Aduino e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as emendas e o substitutivo apresentados em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre o sistema estadual de previdência social e da assistência dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nesse momento, o Presidente suspende a reunião. Às 19h42min, são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, Antônio Andrade, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Arlen Santiago. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Carlos Andrada e Mauro Lobo. Após discussão e votação, é aprovado o parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, no 1º turno, o qual conclui pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1, 2, 4, 7, 11, 12 e 14 a 28, apresentadas em Plenário, e pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta, e das Emendas nºs 3, 5, 6, 8, 9, 10, 13 e 29, apresentadas em Plenário e incorporadas ao substitutivo (relator: Deputado Eduardo Brandão-). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Hely Tarquínio, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Cabo Morais - Sargento Rodrigues.

ATA DA 103ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, João Leite, Márcio Kangussu e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Cabo Morais e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública com convidados, para debater as atividades extrafuncionais dos oficiais, cabos e soldados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e comunica o recebimento da seguinte correspondência: anteprojeto de lei que visa instituir a obrigatoriedade profissional da assistência social nas delegacias policiais, institutos de reeducação de adultos e adolescentes; ofícios dos Srs. Gudestev Biber Sampaio, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 14/3/2002; Ronaldo das Dores Valeriano, Presidente da Associação Nova Esperança Beneficente do Brasil, em que faz solicitação; Marcus Paulo Queiroz Macedo, Promotor de Justiça de Patrocínio, encaminhando cópia do termo de declaração prestada junto ao Ministério Público por Clayton William de Oliveira; Deputado Eduardo Brandão, Presidente da Comissão de Administração Pública, encaminhando denúncias feitas por meio da Associação Sindical dos Servidores da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais -ASSEJDH-MG-, sobre o desaparecimento dos Srs. Edson José da Cruz e Walter Donizete dos Santos e o possível envolvimento do Sr. Camilo Léris André Melo; Márcio Messias Pires, de Muzambinho; cartas dos Srs. Francisco Matias Procópio Gomes, detento de Itabira; de Sônia Maria Amaral de Resende e outras, em que fazem solicitações; convites aos membros da Comissão para o IV Simpósio Mineiro de Oncologia, do Centro de Estudos e Pesquisas Oncológicas de Minas Gerais, nos dias 17 a 20 de abril; do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG-ES) para a festa de posse do X Plenário (gestão 2001-2004), a realizar-se no dia 23/3/2002; reunião mensal do Fórum Mineiro de Saúde Mental, a realizar-se no dia 23/3/2002; VII Congresso Brasileiro, a realizar-se nos dias 20 a 22/6/2002. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.663/2001, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Marcelo Gonçalves. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Edson Rezende, em que solicita seja encaminhada moção de pesar à família do Sr. Antônio Caetano Gandra; seja solicitada ao Presidente da Casa a realização de um seminário sobre segurança e saúde; do Deputado Cabo Morais, em que solicita cópia das notas taquigráficas desta reunião; do Deputado Márcio Kangussu, em que solicita providências para sua participação no XII Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos-MNDDH -, no Rio de Janeiro. Registra-se a presença dos Srs. Luiz Carlos Cândido, Cabo PM, e César de Andrade Ferreira, soldado PM, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão do Movimento de Relações Humanas de Cabos e Soldados; Wilson Fernandes, Cabo PM, representando o Sr. Irineu Vieira Garcia, Cabo do 17º BPM de Uberlândia; Ivanir Antônio dos Santos, Cabo PM, representando o Sr. Geraldo Paranhos da Silva, responsável pela Seção de Motomecanização da Companhia. Independente de Frutal; Glayson Matias Barbosa, Cabo BM, da Área de Salvamento e Resgate do Corpo de Bombeiros; Wander de Castro, Cabo do 16º BPM, e Adalberto dos Santos Valadares, Cabo PM, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Edson Rezende e João Leite, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Após, passa a palavra a cada um dos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente - João Leite.

ATA DA 76ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Luiz Fernando Faria e Rômulo Aloise, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Márcio Cunha. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda; Djalmir da Costa Bessa, Ordenador de Despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo; Murilo Badaró, Presidente do BDMG, publicados no "Diário do Legislativo" de 14/3/2002; e Ildeu José Gabriel de Andrade, Gerente - Geral da Agência Gutierrez da CEF, publicado no "Diário do Legislativo" de 15/3/2002. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.759/2001 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Rômulo Aloise); 1.853/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Luiz Fernando Faria); 1.871/2001 na forma original (relator: Deputado Ivair Nogueira) e 1.904/2001 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Rômulo Aloise). O Projeto de Lei nº 1.774/2001 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Ivair Nogueira, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Luiz Fernando Faria - Ivair Nogueira - Rômulo Aloise.

ATA DA 43ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, Ermano Batista e Agostinho Silveira. Estão presentes, também, os Deputados Ivair Nogueira, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, do Governador do Estado, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público. Registra-se a presença do Sr. Antônio Sérgio Tonet, representando o Procurador-Geral de Justiça, Sr. Nedens Ulisses Freire Vieira; da Sra. Moema Guaraciaba Gomes Pereira, Procuradora-Chefe da Defensoria Pública, representando a Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária de Estado da Justiça e de Direitos Humanos; dos Srs. Roberto Gonçalves de Freitas Filho, Presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos; Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação de Defensores Públicos de Minas Gerais; Ladislau Cochlar Júnior, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul; Rogério dos Reis Devisate, Chefe de Gabinete do Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro; das Sras. Maria Crisóstomo Ramos e Hérica Rangel Portela, líderes comunitárias, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Agostinho Silveira, Presidente - Eduardo Hermeto - Ermano Batista - Aílton Vilela.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 338ª reunião ordinária, EM 27/3/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.002, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.024, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.026, que dispõe sobre a exigibilidade de demonstrativo detalhado do serviço prestado pelas operadoras de telefonia no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.042, que proíbe a empresa concessionária de serviço público de água, energia elétrica ou telefonia de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.051, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de valores mensais de vencimentos de cargos e funções de chefia dos Quadros Especiais de Pessoal da FHEMIG e da HEMOMINAS e dos cargos do Quadro de Pessoal do IPSEMG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, que institui gratificação-saúde para o servidor do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.061, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2002. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.063, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 27/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.207/2002, do Deputado Ambrósio Pinto; 3.209 e 3.210/2002, do Deputado Dimas Rodrigues; 3.211/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 27/3/2002M

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 45/2001, do Deputado Geraldo Rezende; Projetos de Lei nºs 1.534/2001, do Deputado Agostinho Silveira; 1.774/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.833/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.934 e 1.937/2002, do Governador do Estado.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir convidados para analisar as atuais condições de funcionamento do Fundo de Recuperação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 86ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 27/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 27/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nºs 3.216 e 3.217/2002, do Deputado Ambrósio Pinto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Edson Rezende, Djalma Diniz, Luiz Menezes e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2002, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar as matérias constantes na pauta.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 85/2002

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marco Régis, Adelmo Carneiro Leão, Elaine Matozinhos e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2002, às 10 horas, no Plenarinho I, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 77/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dilzon Melo, José Henrique, Kemil Kumaira e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2002, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.975/2002

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Bejani, o Projeto de Lei nº 1.975/2002 tem como objetivo declarar de utilidade pública a instituição Lar de Idosos Santa Clara, com sede no Município de Juiz de Fora.

Após haver sido publicada, em 28/2/2002, a proposição foi encaminhada a este colegiado, ao qual compete proceder ao exame preliminar da matéria, conforme dispõe o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O reconhecimento de utilidade pública objetivado pelo Projeto de Lei nº 1.975/2002 sujeita-se às normas estabelecidas na Lei nº 12.972, de 27/7/98, especialmente em seu art. 1º.

Analisando os autos do processo, verificamos a observância de tais normas e, particularmente, no art. 12 do estatuto da referida entidade, que as atividades dos Diretores e conselheiros, bem como as dos sócios, instituidores e benfeitores, são inteiramente gratuitas. O art. 21 estabelece que, no caso de sua dissolução, os bens remanescentes serão destinados a uma outra instituição congênere e juridicamente constituída, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Desta forma, não há razão para obstar a tramitação da matéria.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.975/2002 na forma original.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Agostinho Silveira, Presidente - Márcio Kangussu, relator - Ermano Batista - Aílton Vilela.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.993/2002

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De iniciativa do Deputado João Batista de Oliveira, o projeto de lei sob comento objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Horticultores de Rio Manso - AHRIMAN -, com sede nesse município.

Após haver sido publicada, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria em exame tem como sustentação a Lei nº 12.972, de 27/7/98, que prevê os requisitos necessários à declaração de utilidade pública.

A entidade em questão atende às condições estabelecidas pela citada lei, conforme ilustram os documentos anexados ao processo e, por tal razão, está apta a receber o título declaratório ora proposto.

Além da observância dos requisitos legais, verificamos que o art. 24 do estatuto da AHRIMAN veda o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem aos seus Diretores, conselheiros ou instituidores, assim como o art. 29 determina que, em caso de sua dissolução, o patrimônio será destinado a entidade congênere.

Mas, para fazer constar o nome completo da entidade e retirar informações desnecessárias do art. 1º, apresentamos emenda à proposição.

Conclusão

Pelo aludido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.993/2002 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

Emenda nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Horticultores do Município de Rio Manso - AHRIMAN -, com sede nesse município".

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Agostinho Silveira, Presidente - Ermano Batista, relator - Aílton Vilela - Márcio Kangussu.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.944/2002

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei em tela, que tem por objetivo prorrogar o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.612, de 19/9/94, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Estrela do Indaiá, é do Deputado Antônio Júlio.

Após ser publicada, em 21/2/2002, a proposição foi encaminhada a este órgão colegiado, ao qual compete examiná-la em caráter preliminar, sob os aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos do art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Deputado Antônio Júlio, por meio do projeto de lei em tela, propõe seja prorrogado o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.612, de 19/9/94, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel de 2.573m² ao Município de Estrela do Indaiá, para que nele se construa uma quadra poliesportiva.

A doação é contrato civil que objetiva a transferência graciosa de um bem do patrimônio do doador para o do donatário. Quando entre particulares, o contrato de doação está regulado pelos arts. 1.165 e seguintes do Código Civil. Quando as partes são constituídas por entes do poder público, rege-se o contrato pelas mencionadas disposições acrescidas pelas regras de Direito Administrativo. Entre essas regras, há uma que obriga estar o bem a ser doado condicionado a uma ação do donatário, que, se não for realizada em determinado prazo, possibilitará ao doador reaver o imóvel por meio de ação reivindicatória.

A lei que se pretende alterar estabeleceu expressamente um encargo para a doação, o qual não foi implementado dentro do prazo estipulado. O descumprimento dessa condição, por seu turno, justificaria a retomada do imóvel pelo Estado. Entretanto, acredita o autor da proposição que melhor servirá o bem ao município e propõe seja alargado o prazo para o implemento da exigência, não justificando, portanto, a interposição de ação reivindicatória nem reversão amigável entre as partes.

Conclusão

Pelas razões aduzidas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.944/2002 na forma original.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Agostinho Silveira, Presidente - Márcio Kangussu, relator - Ermano Batista - Aílton Vilela.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.002/2002

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Irani Barbosa, o projeto de lei em exame tem por escopo alterar dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001.

Publicado no "Diário do Legislativo", em 7/3/2002, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para receber parecer. Cabe, portanto, a esta Comissão, nos termos do art. 102, III, "a", do Regimento Interno, analisar a matéria quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

O projeto de lei em apreço tem por objetivo alterar a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.134, de 28/12/2001, que doa ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que menciona para edificação de prédio destinado a escola de 1º grau.

Ocorre que o terreno especificado na referida lei apresenta instabilidade de solo, o que o torna contra-indicado para edificação de prédio escolar. Por isso a administração municipal solicita a alteração na citada lei, para que assim possa dar outra destinação ao terreno, ou seja, a implantação de distrito industrial e a construção de área de lazer para a comunidade, o que viabilizaria a sua utilização em prol da comunidade.

A par dessas considerações, verificamos que a iniciativa do projeto de lei sob comento atende aos interesses coletivos, motivo pelo qual somos favoráveis à continuação de sua tramitação nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 2.002/2002 na forma original.

Sala das Comissões, 26 de março de 2002.

Agostinho Silveira, Presidente - Aílton Vilela, relator - Ermano Batista - Márcio Kangussu.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

335ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/3/2002

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que tenha de ocupar a tribuna desta Casa para esclarecer assuntos relativos a versões mentirosas, convenientemente plantadas com o claro objetivo de desviar a atenção da CPI do Sistema Prisional para a simulada briga que os Deputados Durval Ângelo e Eduardo Brandão insistem em fomentar. No início, pretendiam criar uma situação que possibilitasse a negociação da saída dos Deputados da CPI, em troca de minha saída. Evidentemente, essa hipótese inexiste, uma vez que, na condição de autor do requerimento para instalação da CPI, minha participação é em função de um dispositivo regimental, ao contrário dos dois Deputados que sabidamente brigaram para que na CPI fizessem o que estão fazendo.

Nesse sentido, encaminhei, há mais de uma semana, ao Presidente desta Assembléia Legislativa requerimento solicitando a abertura de procedimentos para investigar a participação dos dois Deputados, juntamente com o Deputado Edson Rezende, o Juiz Wenderson de Souza Lima e os Promotores Leonardo Barbabella e Rodrigo Fonte Boa, na tentativa de obstrução dos trabalhos da CPI do Sistema Prisional.

A atitude dos três Deputados obstaculando o trabalho da CPI ficou tão evidente que agora mudaram suas táticas. Refiro-me, neste caso, aos Deputados Eduardo Brandão e Durval Ângelo.

Logo que dei conhecimento a esta Casa da situação promíscua existente entre o Juiz Wenderson de Sousa Lima, os Promotores Leonardo Barbabella e Rodrigo Fonte Boa e o sistema prisional de Neves, minha esposa, Presidente da Câmara Municipal da cidade, sofreu retaliações por parte do Juiz e dos Promotores, chegando mesmo a ser afastada sob acusações que, mais tarde, provaram-se infundadas - acusações efetivadas pelo Deputado Eduardo Brandão e pelo Vereador Vicente Mendonça, que forma a quadrilha que apóia o sistema de tráfico de drogas naquela cidade -, fazendo com que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais revise a decisão vingativa do Juiz.

Tudo que denunciei a respeito de tráfico de droga, facilitação de fuga, omissão e cumplicidade dos Promotores e do Juiz com o que estava acontecendo eu provei, seja através dos documentos que entreguei à CPI, seja através do competente trabalho da imprensa, que filmou e exibiu, em jornal televisivo, em rede nacional, a forma como os condenados por crimes bárbaros realizavam festas no presídio, além de deixá-lo tranqüilamente durante o dia, só voltando à noite.

O cartel do narcotráfico, que denunciei existir no sistema prisional de Neves, mereceu manchete em todos os jornais de maior circulação do Estado. "Hoje em Dia": "Penitenciária era QG do tráfico"; "O Tempo": "PM reformado se une a presos do tráfico de drogas"; "Estado de Minas": "Diretor de Penitenciária é preso"; "Diário da Tarde": "Quadrilha presa".

Dessa forma, aqueles que tentaram, por diversas vezes, utilizando a tribuna desta Casa, desacreditar os fatos que denunciei, na defesa dos Promotores e do Juiz, tiveram de reverenciar-se diante do noticiado. Porém não queriam que as investigações da CPI tivessem andamento. Nesse sentido, promoveram diversas solenidades que denominaram de "desagravo" a algumas personalidades envolvidas na apuração.

Diante de minha insistência e das evidências que novamente comprovavam a veracidade do que eu afirmara, tentaram criar a versão de que eu estaria ameaçando de morte o Juiz e os Promotores, versão ridicularizada após audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, instalada na seção mineira da OAB, ocasião em que foi dada ao Juiz e aos Promotores a oportunidade de provar que estavam sendo ameaçados. Em vez de provar, ridicularizaram-se ao afirmar que não tinham provas, era apenas uma hipótese. Vejam, Srs. Deputados, dois Promotores e um Juiz não sabiam que tinham de ter provas para fundamentar suas acusações.

Desmontada mais essa farsa, agora os mesmos Deputados vêm a público afirmar que, desta vez, são eles que correm risco de vida e procuram maquiavelmente montar uma versão para suas acusações.

Ciente da trama e da ausência total de escrúpulos dos dois Deputados, imediatamente - há dois dias - comuniquei por escrito, ao Delegado da Comarca de Neves, a artimanha do Vereador Vicente Mendonça, do PT, que estaria procurando e oferecendo vantagens a diversos marginais que residem no município, para testemunharem falsamente contra mim.

Vejam, Srs. Deputados, novamente a providência divina está ao meu lado, assim como no dia seguinte ao que se instalou nesta Casa a CPI Carcerária, por minha denúncia, e começou a vir a público, pela imprensa, o esquema do tráfico de drogas da Penitenciária de Neves, com a prisão do Diretor do presídio. Agora, dois dias depois que denunciei, na delegacia de Neves, o complô montado pelos Deputados Eduardo Brandão, Durval Ângelo e o Vereador Vicente Mendonça, pedindo a abertura de inquérito para apurá-lo, cai, de pára-quebras, em Belo Horizonte o paladino do PT, que emocionou todo o Brasil ao afirmar que o seqüestro do Prefeito de Santo André tinha razões de ordem política, para agora, meses depois, com a mesma cara, admitir que se tratou apenas de um crime comum.

Sabemos que esse comportamento de aproveitar e criar situações não é novidade no PT, que tradicionalmente utilizou os trabalhadores como massa de manobra para auferir ganhos políticos para sua elite partidária.

Não foi diferente o comportamento do Deputado Durval Ângelo ao pedir nesta Casa a instalação de comissão especial para apurar a regularidade de contratos de financiamento e renegociações de dívidas realizadas pelo BDMG, para, depois de criar a dificuldade, permitir, não sei a que preço, a facilidade do não envio, pelo Banco, dos documentos solicitados.

Engana-se, Deputado Durval Ângelo, se pensa que fará com a CPI do Sistema Prisional o mesmo que fez com a da ADTER, como autor do requerimento para sua instalação sem nunca ter comparecido a suas reuniões. É evidente que o funcionamento da CPI foi no mesmo período em que era candidato a Prefeito de Contagem, com campanha rica, patrocinada só Deus sabe por quem.

O que sei é que seu partido tem sido o porta-voz dos empresários concessionários de ônibus, que, coincidentemente, também são proprietários da ADTER.

Vamos ao que interessa. Depois que solicitei que a delegacia de Neves instalasse inquérito para apurar o complô que envolve os Deputados Durval Ângelo e Eduardo Brandão e o Vereador Vicente Mendonça, o seu partido quer obstruir a apuração dizendo que ela deve ser feita pela Polícia Federal, ao que não me oponho, mesmo porque é de minha autoria o requerimento que pede a ajuda da Polícia Federal para apurar o tráfico de drogas em Ribeirão das Neves.

Agora não adianta tentarem obstruir essa apuração, porque terá que ser feita, demonstrando, mais uma vez, a farsa montada para evitar que os culpados sejam penalizados.

O nobre Deputado que fique tranqüilo, porque reavaliei minha posição e não quero provocar tumulto para o fato ser apurado, principalmente agora que vêm à tona os nomes de marginais ligados aos atentados sofridos pelo Vereador e companheiro político de Ribeirão das Neves, José Ferreira, que ofereceu-se, juntamente com outras pessoas, para testemunhar a respeito da tentativa de aliciamento de falsa testemunha, praticada pelo Vereador do PT, Vicente Mendonça. O pai do suplente de Vereador, o Vereador José Ferreira, em companhia de um assessor do Deputado Eduardo Brandão.

É necessário que as investigações adiantem-se, porque todos os envolvidos já estão com passaporte e visto para o exterior. É igualmente necessário que se esclareça se é coincidência ou evidência que os marginais citados sejam os mesmos suspeitos pelo atentado contra a vida do Vereador José Ferreira.

Não adianta. Tudo já foi oficiado por mim à Delegacia de Ribeirão das Neves, e já existe inquérito a esse respeito. Conversei hoje com o Secretário da Segurança, para que agilizasse e desse a maior seriedade possível às investigações.

E devo admitir que, ao afirmar que bateria no rosto de um homem sem-vergonha, exagerei, reconheço. Um não tem todas essas qualidades, é apenas sem-vergonha, e já me avisaram que há o risco de ele se apaixonar. O outro, apesar de em uma mão usar o pé-de-cabra, na outra mão diz que usa a Bíblia. E respeito a Bíblia. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer uma reflexão sobre a estagnação econômica de Minas Gerais. A sabedoria popular usa, com frequência, de algumas expressões eficazes e saborosas para definir determinadas situações. Uma é a chamada "coincidência coincidência": o que, à primeira vista, seria obra do acaso, na verdade tem causa certa e, o que é pior, efeito nem sempre positivo. Ocorrem-nos essas idéias porque não conhecemos coincidência mais coincidência do que o fato de a decadência econômica ter começado com a posse do Governador Itamar Franco.

Os dados que nos levam a afirmar isso são insuspeitos, porque nos chegam de um órgão governamental - a Fundação João Pinheiro - e foram amplamente divulgados pela mídia nas últimas semanas. Senão, vejamos: em 2001, a economia mineira registrou o pífio crescimento de 0,97%; o PIB mineiro - que é a soma dos bens e serviços produzidos no Estado - cresceu abaixo do desempenho médio da economia brasileira, que foi de 1,55% no ano passado; a exportação mineira caiu 9,81% em 2001, levando a uma redução de 22,54% no saldo da balança comercial, que atingiu apenas US\$3.044.000.000,00; somente entre julho e setembro passados, houve queda de 0,74% no PIB de Minas; de outubro a dezembro, essa redução alcançou 1,80%.

Poderiam argumentar que o mau resultado da nossa economia se deve à desfavorável conjuntura do País e do mundo. Até certo ponto, poderia ser verdade, se a queda acompanhasse a média nacional. Mas ficamos mais ainda para trás por causa do inoperante e indiferente Governo Itamar Franco.

Desde 1999 não se notam obras nem realizações. Já se abrem fábricas, muitas, como algumas do "vale da eletrônica", estão saindo do Estado. Recursos financeiros nacionais e internacionais não são captados para novos investimentos. A infra-estrutura existente encolhe e penaliza a já

empobrecida população mineira.

A guerra fiscal entre os Estados, aliás, encontrou em Minas um combatente tímido. Enquanto as outras unidades da Federação se empenhavam e se empenham em oferecer maiores incentivos para a implantação de indústrias, o Governo mineiro adotou atitude excessivamente pragmática, centralizando sua ação em protestos que não estancaram a saída das empresas do território mineiro. Não foi só a indústria eletrônica mineira que encolheu: a agroindústria, a indústria moveleira, o parque têxtil também foram prejudicados.

No capítulo de investimentos, cabe observar que os fundos estatais destinados ao desenvolvimento econômico estão inoperantes. É voz corrente, a propósito, que o BDMG se transformou em mero cobrador de mutuários inadimplentes, desvirtuando seu objetivo de identificar e aplicar recursos financeiros em novos empreendimentos.

Soubemos que Minas perdeu sua condição de 2º maior exportador brasileiro para o Rio Grande do Sul. É lamentável, mesmo considerando que o mercado externo diminuiu. O fato é que não houve diversificação em nossa pauta de exportações: continuamos insistindo quase que exclusivamente na venda de excedentes agrícolas, matérias-primas e componentes siderúrgicos e metalúrgicos.

A entrada de divisas em nosso Estado, aliás, poderia ser reforçada com o turismo: temos grande potencial turístico, mas não o exploramos, como prova a desocupação da rede hoteleira e de serviços.

Os números são maus e poderiam ser piores se a agropecuária mineira não tivesse crescido 5,33% no ano passado. Foi a velha e confiável atividade do campo que, solenemente ignorada pelo Palácio da Liberdade, mais uma vez nos salvou.

Esses números divulgados pela Fundação João Pinheiro deixaram-nos entristecidos e preocupados. Chegamos mesmo a cogitar de requerer à Mesa da Assembléia a convocação do Sr. Secretário da Fazenda e das demais autoridades ligadas ao plano econômico, para que aqui nos viessem trazer explicações. Pensando melhor, entretanto, concluímos que seria o mesmo que explicar o óbvio. A razão para o fracasso aí está, facilmente compreensível: é o Executivo estático e alheio ao interesse maior de Minas Gerais. Nossas palavras, no entanto, servem de alerta para os mineiros nas próximas eleições. Vamos rejeitar nas urnas todos aqueles nomes que possam representar a continuação do imobilismo e da falta de compromisso popular hoje praticado pelo Palácio da Liberdade. Muito obrigado.

Faremos outros comentários sobre a falta de verba para a FAPEMIG. As universidades, principalmente as públicas, representam a reserva e a vanguarda no potencial do desenvolvimento, produzindo a vida e a felicidade do povo. O Governo de Minas não tem canalizado verbas para a FAPEMIG. Sem pesquisa e sem ensino nas universidades, que constituem uma indagação permanente, jamais produziremos o nosso desenvolvimento. A universidade é uma chama incandescente que se está apagando neste Governo. Para completar gostaria de dizer que nossa universidade, a UEMG, que era um projeto ambicioso no início, hoje está inserida como uma instituição particular, cobrando mensalidades dos alunos, vendendo uma verdadeira miragem em termos de universidade. Nela proliferam centros universitários, que antes eram unidades inseridas na UEMG, apenas com o aval, a chancela do diploma e uma orientação do currículo, sem a menor pesquisa, sem verbas e sem amparar o estudante, que seria o seu objetivo e o da própria sociedade, para a qual teria de promover o desenvolvimento. Esse é o lado da universidade.

Reprovamos também o volume de verbas retidas. Trata-se de uma reclamação dos professores que deixaram esse bilhete em meu gabinete. Os funcionários públicos, os professores, os pais e as mães de famílias continuam aguardando o pagamento das verbas retidas relativas a quinquênios e a biênios, sem ter acesso sequer a uma informação. O Sind-UTE foi informado de que não haverá o pagamento para os professores das verbas retidas a que têm direito, pois não está no orçamento do Estado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Hely Tarquínio, em nome da verdade, é bom que se diga que as verbas retidas dos servidores, e aqui fala um servidor público estadual, são referentes ao período do Governo Eduardo Azeredo, de 1996 a 2000. Não há verba retida posterior a 2000. Ela tem de ser paga, mas, estritamente, obrigatoriamente e de forma delimitada, com relação aos quatro anos do período Azeredo, que não pagou nenhuma delas. Há servidores com dinheiro retido, de R\$600,00 a R\$12.000,00.

Então, é bom que se esclareça que o Governador Eduardo Azeredo foi péssimo pagador para os servidores públicos e as verbas retidas são referentes ao seu período. V. Exa. pode confirmar: verbas retidas de férias-prêmio, de vantagens em atraso são estritamente referentes ao período de 1997 a 2000. Como V. Exa. é pessoa comprometida com a verdade, poderá conferir essa informação.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço a intervenção do Deputado Durval Ângelo. Acredito que a sua afirmação seja procedente, porque está declarando, mas um fato não exclui outro. Vamos até acreditar que esteja certo, porque as verbas retidas aconteceram no Governo passado, mas quem disputa eleição e ganha tem de saber que pegou o Estado com o carro andando. Isso não quer dizer que faça um Governo contra a administração passada. Tem de fazer uma administração voltada para o povo. Se houve erro no passado, que seja corrigido agora e não se faça marcação sobre o servidor público. O servidor público não pertence a um Governo, mas à instituição do Estado, e o Estado não é de um Governador, é do povo. É em nome do povo que existe. Então, devemos aceitar a crítica e verificar a verdade, porque não estamos aqui para contestá-la, apenas para verificá-la e proclamá-la. A responsabilidade atual pelo pagamento das verbas retidas é do Governador Itamar Franco.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Deputado Hely Tarquínio, o Estado vive uma contradição, porque, ao mesmo tempo em que é um bom cobrador, é duro na cobrança - os impostos têm de ser pagos em dia, porque têm multa, vão para a dívida ativa -; por outro lado, quando deve, não paga. Essa questão é apropriação indébita do Estado. E de quem ele faz essa apropriação? Dos servidores que mantêm este Estado, que fazem o serviço público, que ganham salário miserável. E assistimos a essa deterioração dos salários nos últimos anos.

Que Estado é este que tão mau exemplo dá para a sociedade, como violador dos direitos humanos e econômicos dos seus servidores? É nesse sentido que esta Casa vem se manifestando, que V. Exa. está se manifestando neste momento. O Deputado Durval Ângelo se referiu a uma questão do passado, mas o Estado precisa mesmo acertar essas questões. Os servidores não podem ficar na situação em que estão, com dificuldades financeiras. Muitos estão doentes, precisam desses recursos. Na cidade de Senhora dos Remédios, perto de Barbacena, um servidor tinha a receber mais de R\$100.000,00 para comprar a sua casa. Recebeu somente 1/4 do que lhe era devido e viveu apenas mais um ano e meio. Morreu e não conseguiu, em vida, ter esses recursos para comprar a casa e construir uma nova vida para a família. Esta é a questão: colocar como prioridade os que estão acima de 60 anos e os que estão doentes; tem de ser, realmente, uma ação efetiva do Estado.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio, mas não podia deixar de manifestar certa reserva com relação ao pronunciamento do Deputado Durval Ângelo. Tenho por ele profundo respeito, admiro a sua ousadia, a sua coragem, mas parece que está achando que este Plenário é campo de futebol, que o nosso ouvido é gol, e resolveu chutar. Resíduo salarial é situação crônica no Estado, problema que se arrasta, sangrando os parques salariais do funcionário público, há muitos anos.

No Governo Eduardo Azeredo, foi pago, em termos de valores, muito mais do que no atual. Lamentavelmente, o Deputado Durval Ângelo cometeu uma falha grave. Tenho certeza de que, conhecendo a realidade, haverá de retratar-se. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Conferir essa culpa à administração passada é coisa político-partidária. O que temos a fazer é olhar para a frente e saldar os compromissos. Mas o Governo está deixando de comparecer; no entanto, há quantia vultosa de dinheiro colocado na COMIG e em outros setores, para financiar as próximas campanhas. Isso é triste. Quem perde é o povo. Os professores precisam tratar da saúde. Muitos dizem que o serviço de saúde do IPSEMG está muito bom, mas, no interior, isso não acontece. Somos procurados sempre como mediadores, para ajudar os professores.

Termino pedindo a esta Casa, a todos os Deputados e ao próprio povo que solicitem ao Governador Itamar Franco que se empenhe no cumprimento da cultura do ponto no Palácio da Liberdade, porque está vivendo fora de Minas Gerais, em busca de apoio para as próximas eleições, procurando uma situação cômoda e fugindo da responsabilidade que tem com o Estado. Lanço um SOS pela presença, pela cultura do ponto do Governador Itamar Franco no Palácio da Liberdade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos visitam, tive a oportunidade, ontem, de participar de uma reunião do Rotary Club Cidade Jardim, quando promovemos debate sobre a questão da segurança pública em Belo Horizonte e no Estado. Julgo que este momento é extremamente pertinente para fazermos uma reflexão a respeito de tão importante tema, pois a Assembléia prepara um projeto de resolução em que vamos criar, na estrutura interna da Assembléia, a Comissão Permanente de Segurança Pública. É uma comissão importante, ligada à segurança pública em Belo Horizonte e no Estado. Isso acontece justamente num momento em que estamos estarecidos, mais uma vez, com a notícia da tentativa de seqüestro promovida por bandidos de São Paulo. Chegaram a seqüestrar o gerente de um banco, sua família, o tesoureiro. Felizmente, o desfecho foi favorável. Diria que foi favorável até por alguns lances de sorte. É evidente que não podemos continuar achando que a polícia sempre terá essa sorte. Infelizmente, o que se constata é que os bandidos estão, cada vez mais, profissionalizados. A nossa polícia é pouco equipada e preparada. Por isso, é um assunto extremamente relevante que trago à consideração dos meus pares.

Tenho experimentado oportunidades de debater a questão da segurança pública com meus companheiros do Rotary Club. Em 18 de fevereiro, discuti este problema com os rotários da Pampulha. Ontem, com os da Cidade Jardim. Na ocasião, protestei contra a transformação da segurança pública como caso unicamente de polícia, quando deveria ser uma questão de cidadania.

É claro que haveria menos violência se os cidadãos fossem mais preparados. Essa é a minha formação. Fui educador e aprendi com os meus colegas professores e meus alunos que a educação é a base de qualquer sociedade moderna. Sem a educação, não adianta aparelhar as polícias com armamentos, veículos e outros equipamentos necessários no combate à criminalidade, pois faltará a peça chave, que é a cidadania. Se procurarmos o significado desse vocábulo, veremos que significa "qualidade ou estado de cidadão". E só temos essa qualidade com a formação educacional desde o ensino fundamental.

Ao mesmo tempo, torna-se inevitável que a sociedade - os cidadãos e seus representantes nas Casas Legislativas - exija mudanças nas atuais Leis Penal e Processual Penal, bem como na Lei de Execução Penal, pois se faz mais que necessário revisá-las, para que atendam às necessidades atuais dos cidadãos. Somos regidos por leis de 40 anos atrás, o que facilita a impunidade.

Aliás, quanto a esse tema - impunidade -, tenho defendido que não adianta exigir para Belo Horizonte - da mesma forma que para Minas ou para o Brasil - um programa como o Tolerância Zero, que é muito bem executado pela Prefeitura de Nova Iorque. Lá, o Tolerância Zero dá certo por um pequeno, mas decisivo, detalhe: há, também, tolerância zero com a impunidade. Lá, os criminosos são punidos independentemente de suas condições financeiras ou sociais. Infelizmente, estamos longe dessa performance. Aqui, campeia a impunidade, a corrupção. Temos de ter coragem para assumir isso.

Os Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, bem como toda a sociedade, são constituídos, graças a Deus, em sua maioria, por gente de bem, mas existem aqueles que se utilizam de seus cargos ou de suas facilidades de acesso para praticar os mais torpes golpes, que envergonham nossa cidade e nosso País. Já não podemos tolerar essa situação. Temos de nos mobilizar para mudar esse quadro.

Fala-se, no momento, na unificação das polícias. Não sei se essa tese se pode tornar uma realidade. Vivemos num país por demais diversificado, para contar com uma só polícia. Na realidade histórica brasileira e do mundo civilizado, temos a existência de várias instituições policiais. Hoje, o discurso que tem feito mais eco, especialmente junto às corporações, é a favor da integração das polícias. Para citar apenas um país, nos Estados Unidos, cada município tem a sua própria polícia - armada -, coexistindo com outras corporações estaduais e federal. Acredito muito mais num trabalho de parceria, de integração, de junção de forças, como a chamada força-tarefa, criada pelo Governador Itamar Franco para elucidar o assassinato do Promotor Francisco Lins do Rego. O trabalho integrado das Polícias Civil, Militar e Federal, do Ministério Público e do Governo do Estado foi fundamental para que, em menos de 30 dias, se chegasse ao assassino e ao mentor intelectual do crime. Aliás, acredito que a verdadeira integração a favor da segurança pública e contra a criminalidade vai ocorrer de dentro para fora, ou seja, por parte da sociedade organizada. Instituições como o Rotary Club e as associações de bairro devem fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança Pública - COMSEPs -, que já atuam de forma eficiente em Belo Horizonte. Aliada a esse trabalho, é claro que deve haver uma mudança na mentalidade em relação à segurança pública, com uma polícia mais bem-aparelhada, com salários dignos, que lance mão da inteligência policial-investigativa e da transparência. É preciso a integração, como a implantação de banco de dados único para todas as polícias, áreas comuns de atuação, tanto geográficas como judiciais - para evitar as eternas brigas de divisão de competência, que somente favorecem o criminoso e a impunidade -, com livre acesso das instituições democráticas.

Aliás, foi o aparelhamento da nossa PM, em especial, que permitiu que, em tão pouco tempo, chegássemos a esses criminosos de São Paulo, os quais estiveram aqui seqüestrando e tentando extorquir pessoas.

Defendo a tese, que é a dos CONSEPS, de que o policiamento deve ser preventivo, com o policial nas ruas, de forma visível, trabalhando em parceria com as comunidades. Todos esses esforços podem ter a participação da família rotária, para que, juntos, possibilitem levar os anseios e as propostas da comunidade para a melhoria da qualidade da segurança pública.

Recentemente apresentei vários projetos de lei buscando maior segurança para os cidadãos e conhecer um pouco mais da nossa realidade. Por exemplo, o que institui o Programa Deputado Mirim, que tem como objetivo levar ao conhecimento dos futuros cidadãos de nosso Estado a dinâmica do trabalho diário do Poder Legislativo.

Outro projeto dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Social, que terá a finalidade de atuar no estudo de proposições de medidas relativas à defesa social dos cidadãos mineiros.

Outro projeto cria o Relatório de Impacto de Segurança Pública - RISE -, destinado a garantir a segurança pública da região onde se pretenda instalar delegacia, penitenciária ou cadeia. Escolhe-se, técnica ou politicamente, uma região, sem medir o impacto que tal medida pode acarretar para os moradores.

Posso dar exemplo prático de que acabei sendo um dos protagonistas. No Bairro Cidade Nova, na Av. José Cândido da Silveira, durante a sua

administração, o Governo Estadual passado queria implantar um cadeiaão. A comunidade se rebelou e me procurou, como Vereador dessa comunidade, o então Vereador João Paulo, hoje Deputado, além de outros companheiros. Mobilizamo-nos contrariamente a isso.

Aliás, o meu primeiro projeto de lei aprovado nesta Casa e sancionado pelo Governador Itamar Franco consagra aquele terreno para a construção do "campus" da UEMG, em Belo Horizonte. Vejam que, acoplado esse projeto, o RISE, doravante discutiremos com a comunidade se deseja a implantação de um sistema prisional nela.

O RISE, caso seja aprovado na Assembléia, impediria a instalação de unidades prisionais, de reabilitação e recuperação de infratores e de crianças e adolescentes em conflito com a lei e, até mesmo, de unidades policiais que venham a causar danos ou alterações na vida social da comunidade existente na região prevista para a instalação do estabelecimento.

Em contrapartida, discuti com o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, outra opção, um projeto de lei que estamos estudando - ainda não foi apresentado nesta Casa -, que assegura benefícios aos municípios que se disponham a acolher unidades prisionais. Sabemos que existe demanda muito grande nessa área, mas poucos são os municípios que estão dispostos a acolher esse tipo de equipamento público. Portanto, é preciso haver contrapartida. Nesse sentido, estamos estudando a forma para que o município que venha a aceitar unidade prisional receba, por exemplo, maior repartição de ICMS.

São notórios os casos em que a instalação de penitenciárias e cadeias públicas desestabiliza a comunidade, gerando situações de insegurança.

É fundamental, por isso, que a instalação desses estabelecimentos seja sempre precedida de acurada análise técnica, em que se avaliem, a par da necessidade de sua instalação, as conseqüências sociais dela advindas.

Além disso, estamos também procurando, nesta Casa, formatar em lei o Conselho Metropolitano de Segurança Pública, porque sabemos que não adianta discutirmos nem querermos achar que a questão da violência urbana existe apenas em Belo Horizonte, é questão, evidentemente, da Região Metropolitana. Aliás, nesse último caso ocorrido, o Banco estava em Belo Horizonte, a família seqüestrada em Contagem e o cativo em Nova Lima. Vejam como não dá para falar na questão da segurança pública especificamente em Belo Horizonte, temos que tratar de forma metropolitana. Portanto, um Conselho Metropolitano de Segurança é fundamental para que possamos abordar essa questão com profundidade.

Além disso, gostaríamos de, mais uma vez, reafirmar a disposição desta Casa, da Mesa, de implantar, em definitivo, uma comissão permanente de segurança pública, para que possamos atuar e colaborar nessa tarefa, que, insisto, é coletiva.

Reafirmo que discutir a segurança pública é buscar a participação de todos em defesa da maioria. A questão da parceria, da integração, da solidariedade e de envolvimento em campanhas públicas são temas por demais conhecidos das comunidades e da família rotária. Há tempos, praticamos a solidariedade e a prestação de serviços humanitários, que buscam a elevação do padrão ético entre todos os segmentos profissionais, visando ao estabelecimento da boa-vontade e da paz no mundo.

É importante discutirmos com profundidade essa questão da segurança pública, que não é uma questão apenas de polícia, do Governo, mas de toda a sociedade. Portanto, cada um de nós deve e precisa assumir sua cota de participação e de responsabilidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, povo mineiro, inicialmente, quero prestar minhas homenagens póstumas a uma pessoa que fez história em nosso Estado como desportista, principalmente em Montes Claros. Refiro-me ao atleta Marcelino Paz do Nascimento, jogador de futebol, bicampeão pelo Atlético Mineiro em 1962 e 1963, com mais de 250 partidas, que faleceu no dia 18, em Montes Claros, vítima de câncer da próstata.

Tomo a liberdade, até mesmo como médico, de divulgar a causa da morte de Marcelino, tomando também como exemplo o depoimento fantástico e importante de sua filha, Nair Paz do Nascimento, que, de maneira muito especial, referindo-se à morte do pai, chamou a atenção para a falta de tratamento, de planejamento de prevenção do câncer da próstata, que, infelizmente, acomete e mata homens ainda jovens. Nair, por meio da Rede Globo, da TV Grande Minas, fez um apelo para que as autoridades desenvolvam ações para programas preventivos, chamando a atenção dos homens para a importância de fazer a prevenção do câncer da próstata, que mata e acomete cada vez mais homens com idade inferior a 50 anos.

Vêem-se, por aí, campanhas educativas chamando atenção para a importância da prevenção do câncer de mama, do colo do útero, com ações desenvolvidas pelo Ministério e pela Secretaria da Saúde. No entanto, infelizmente, pouco se vê de apelo para que os homens também possam ter acesso a exames preventivos e ficar livres do câncer.

Montes Claros e a comunidade desportista desse município estão de luto. Acredito que a família atleticana estão de luto, porque o Marcelino foi um atleta exemplar e honrou as tradições do Atlético Mineiro. Morreu quase no anonimato, em termos da mídia estadual, mas deixou um exemplo de vida como cidadão, atleta e como montes-clarense. Ajudou muito a firmar o desporto de Montes Claros.

Receba a família de Marcelino, na pessoa da Nair e do seu filho Marcelino Filho, os nossos votos de condolências, a nossa eterna admiração por esse homem simples, mas que contribuiu muito para o desenvolvimento do desporto mineiro, principalmente de Montes Claros.

Sr. Presidente, o assunto que me traz hoje à tribuna refere-se ao fato de termos a obrigação de chamar atenção e de enaltecer o que é, e vai ser, a implantação do Centro de Reeducação do Menor em Montes Claros. Quando falo em Montes Claros, refiro-me ao Norte de Minas como um todo. Tenho a grata satisfação de ver a figura do Prefeito de Matias Cardoso, o Joquinha Josemir Cardoso, também do Norte de Minas, que tem a responsabilidade de administrar uma das mais importantes cidades de Minas Gerais, que faz parte do Projeto Jaíba juntamente com a cidade de Jaíba.

No próximo mês, estaremos encaminhando uma reunião importante na Câmara Municipal de Montes Claros, com a presença da Secretária de Justiça, Ângela Pace, e de Deputados da região, para que possamos apresentar ao povo da cidade o projeto, hoje realidade, de implantação dessa escola de reeducação do menor.

É um fato importante, primeiro, porque se trata de uma obra de grandes proporções, que será implantada em Montes Claros e vai estar à disposição de todo o Norte de Minas. Mas, muito mais importante que a obra física de construção do Centro de Reeducação do Menor, a importância prende-se ao fato de que talvez seja uma das mais importantes ações do Governo Itamar Franco e do Governo Federal, através do Ministério da Justiça, para tentar barrar a onda de violência e criminalidade. Esse projeto que trata dos menores evitará que andem pelos caminhos da criminalidade. Uma ação dessa natureza é muito importante.

Há algum tempo, não só as autoridades - como o Prefeito Jairo Ataíde e os Vereadores de Montes Claros -, mas também a nossa sociedade, clamam pela instalação dessa obra, que foi por nós idealizada há seis anos. Chegamos ao ponto de fazer a doação de um imóvel importante do Estado para a Prefeitura de Montes Claros, para a implantação do Centro de Reeducação do Menor, imóvel que pertencia à antiga CAMIG. Hoje esse imóvel faz parte do acervo da Prefeitura, mas infelizmente não foi possível instalar o centro de reeducação ali.

O Prefeito Jairo Ataíde, sensibilizado e sabedor que é da necessidade de ações dessa natureza, fez a doação do terreno valioso, com 50.000m², localizado na área urbana de Montes Claros, para que se instale esse centro de reeducação do menor. Já temos garantida a quantia de R\$3.000.000,00, suficiente para edificar e equipar a escola e implantar cursos profissionalizantes para que o menor venha para dentro da escola e possa ter acesso ao esporte e a cursos como informática, carpintaria, marcenaria e vários outros. Essa obra vem ao encontro do anseio do povo de Montes Claros. Quem dera se todas as grandes cidades de Minas Gerais, as cidades-pólo, pudessem implantar seu centro de reeducação e dar assistência à nossa juventude. Sabemos que se o jovem for assistido na sua base, se tiver assistência principalmente quando anda em más companhias, tendo alguma coisa para fazer e sendo orientado e amparado pela sociedade, estará livre dos tentáculos traiçoeiros da criminalidade.

Ainda ontem tivemos o pronunciamento do Deputado Sargento Rodrigues, que falava da importância e da ação da polícia. Temos certeza de que se houver investimento, principalmente voltado para a criança e o adolescente, que estão formando sua personalidade, se tivermos envolvimento da sociedade e participação das autoridades federais, estaduais e municipais, poderemos seguir o caminho no sentido da resolução dessa questão, evitando o agravamento da criminalidade no nosso Estado. Temos uma grande polícia. Vimos a ação da nossa polícia barrando a ação de criminosos de São Paulo, do comando criminoso de São Paulo, que quer invadir Minas Gerais. Temos a participação heróica dos nossos soldados, que lutam muitas vezes em desvantagem, sem equipamentos, armamentos que se equiparem aos dos bandidos. Mas é muito importante que possamos dar assistência ao menor, evitando o narcotráfico, o uso de drogas e bebidas alcoólicas vendidas livremente. Qualquer criança que quiser comprar cerveja ou cachaça faz isso sem que nenhuma ação seja feita. É necessário sair da retórica e partir efetivamente para a prática.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria, inicialmente, de cumprimentar V. Exa. pelos assuntos que traz esta tarde à tribuna, ressaltando aspectos da saúde, da criança e do adolescente. Entendemos que V. Exa. está perfeitamente coberto e alinhado dentro do seu pronunciamento. Verdaderamente precisamos de políticas públicas para que possamos evitar o aumento do índice de violência e de criminalidade no nosso Estado. Portanto, gostaria de pedir licença a V. Exa. para cumprimentar o Deputado que o antecedeu, Márcio Cunha, no que diz respeito à integração do aparelho policial, uma das coisas pelas quais lutamos arduamente. V. Exa. sendo do meu partido, do PDT, aqui estamos verdadeiramente preocupados em dar resposta à sociedade, com ações efetivas. Mas lamentamos, Deputado Carlos Pimenta, que, na condição de legislador, de fiscalizador das ações político-parlamentares e nas questões deliberativas, não tenhamos condições de executar. Nossa vontade de executar é muito grande.

Gostaria também de deixar claro que temos um grave problema na segurança pública, com reflexo especial. Falo do Governo Federal, extremamente responsável pelo que está acontecendo no nosso Estado e nos municípios quando deixa que nossas fronteiras fiquem desguarnecidas de vigilância sistemática. Enquanto isso, enquanto a polícia morre nas mãos dos bandidos, tentando fazer frente ao crime organizado, a Fuzil AR-15, temos as Forças Armadas de braços cruzados, dentro dos quartéis, sem fazer nada, apenas treinando para uma guerra que já existe diuturnamente.

Não que queira trazer as forças armadas para fazer a segurança pública na região, sou totalmente contrário a isso. Mas precisamos vigiar nossas fronteiras porque, dessa forma, fuzil AR-15 e metralhadora israelense não chegarão aqui, muito menos o tráfico de drogas. Cumprimento V. Exa por abordar temas de extrema relevância.

O Deputado Carlos Pimenta - Hoje, o povo de Montes Claros, a sociedade norte-mineira recebe a notícia, esperando que essa escola se implante no menor espaço de tempo possível.

No dia 11 de abril, uma quinta-feira, através de iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Ademar Bicalho, respaldado pelos demais Vereadores, queremos fazer amplo debate com a Secretária da Justiça. Queremos a presença dos técnicos para que possamos iniciar a implantação dessa escola, para receber o menor, orientá-lo, retirá-lo das ruas, fazendo com que se sinta útil à sociedade. Em Montes Claros existe o melhor exemplo de atendimento à criança e ao adolescente: a Guarda Mirim de Montes Claros, instituição criada, idealizada e mantida pela Delegada Maria Neuza. A referida entidade forma, mais ou menos, 120 alunos por ano, na faixa etária de 14 a 18 anos. Esses jovens recebem orientações de civilidade, militares e religiosas, sendo motivo de orgulho para o povo de Montes Claros. Já temos essa ação vitoriosa da Guarda Mirim de Montes Claros, comandada pela Dra. Neuza. Por sinal, faremos, na reunião do dia 11, apelo dramático à Secretária da Justiça para ajudar a Guarda Mirim na construção da sede própria, que foi iniciada, mas necessita de recursos para seu término. É um exemplo para todo o País de como se deve tratar o jovem. E essa escola de reeducação, ao lado da Guarda Mirim, farão da nossa cidade grande exemplo para Minas Gerais e para o Brasil. Parabéns, Prefeito, pela doação do terreno! Parabéns, Vereadores, pela luta! Parabéns, Governador Itamar Franco, que não desistiu de implantar essa importante instituição, premiando Montes Claros com a instalação do Centro de Reeducação do Menor! Obrigado.

O Deputado Bilac Pinto* - O Município de Santa Rita do Sapucaí - que temos a honra de representar nesta Assembléia - sempre se destacou como celeiro de grandes administradores e homens públicos. Sua tradição socio-política vem dos primórdios da chamada República Velha, impondo-se através de personalidades que honram Minas e o Brasil. Podemos destacar Jefferson Mendes, atual Prefeito Municipal, a quem foi recentemente concedido, em promoção conjunta do SEBRAE Nacional e da Fundação Mário Covas, o Prêmio Mário Covas de Prefeito Empreendedor.

Temos o privilégio de conviver com Jefferson Mendes e podemos atestar o belo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Prefeitura. Merece destaque, entre outros aspectos, o esforço que vem fazendo por consolidar a cidade como pólo central do "vale da eletrônica". Veja-se, por exemplo, seu programa de incubadoras: é o projeto "Incubadora Municipal de Empresas de Base Tecnológica", destinado a fornecer subsídios para instalação dessas geradoras de tecnologia. É uma parceria vitoriosa que a Prefeitura vem consolidando com instituições como o Instituto Nacional de Telecomunicações, a Faculdade de Administração e Informática e a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. O programa inclui a acolhida de empresas nascentes e o desenvolvimento das já estabelecidas, tudo contribuindo para que o nosso "vale da eletrônica" continue a ser orgulho e amostra do pioneirismo dos mineiros.

Aliás, na ocasião em que ocupamos a tribuna para cumprimentar o Prefeito Jefferson Mendes, não pudemos deixar de nos referir ao extraordinário desenvolvimento tecnológico de Santa Rita do Sapucaí e de sua região. O processo se iniciou nos idos de 1958, quando D. Sinhá Moreira, grande benfeitora do município, fundou a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. Foi o primeiro estabelecimento do gênero na América Latina, transformando Santa Rita em portentoso centro de tecnologia.

De lá para cá, muitas foram as geradoras tecnológicas que ali se estabeleceram, a tal ponto que o "vale da eletrônica" sul-mineiro passou a ser considerado o "vale do silício brasileiro", numa feliz comparação com o pólo tecnológico norte-americano. Para chegar a esse ponto, entretanto, a luta foi e continua sendo grande. Os nossos empreendedores enfrentam dificuldades de toda a ordem, tais como a atração - via guerra fiscal - que a atividade merece por parte de outros Estados. Em outras palavras, a competitividade do produtor sul-mineiro fica ameaçada por incentivos de outras unidades da Federação. É justo assinalar, não obstante, que a administração Itamar Franco se vem mostrando sensível ao problema, apoiando as nossas empresas e os nossos empresários naquilo que lhe compete, principalmente quando da criação do Fundo de Apoio às Empresas de Informática que se localizam dentro do Estado de Minas Gerais.

Ora, se o momento continua a ser de desafio para o "vale da eletrônica", por feliz coincidência, Santa Rita do Sapucaí tem hoje uma administração que dos desafios não desdenha. Prova disso é o Prêmio de Prefeito Empreendedor que o caro amigo Jefferson Mendes recebeu, em Brasília, no dia 5/3/2002. O diploma foi concedido a cinco municípios brasileiros, na primeira edição do Prêmio Mário Covas. A Prefeitura santa-ritense ficou classificada em 1º lugar em Minas Gerais e também em 1º lugar no Sudeste brasileiro, que corresponde a 70% do PIB nacional. A distinção foi concedida a Jefferson Mendes diretamente pelo Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, durante o Congresso Nacional dos Municípios.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, solicitamos à Casa consignar uma moção de louvor a Jefferson Mendes e a Santa Rita do Sapucaí. A ele, porque soube compreender a importância do momento, priorizando a mentalidade empresarial, sobretudo na área das pequenas e médias organizações, que constituem a preocupação do SEBRAE, um dos promotores do evento. À cidade, porque soube cultivar o pioneirismo que a transformou em centro tecnológico e industrial de vanguarda.

Parabéns, Prefeito Jefferson Mendes! Parabéns, Santa Rita do Sapucaí! Estejam certos de que a Assembléia Legislativa mineira acompanha e apoia sua atividade admirável em prol do Estado e do País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

336ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/3/2002

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta manhã esta Casa viveu um dia histórico, em que, em 2º turno, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 48, de autoria do Governador do Estado, que regulamenta o sistema previdenciário estadual. Histórico, sob todos os aspectos. De um lado, esta Casa, dando demonstração de altivez, de independência em relação à proposta original do Executivo, acabou produzindo correções e melhoras que muito engrandeceram e otimizaram aquele texto. Exemplo dos Deputados, que evitaram que se criassem exceções perigosas, para que o IPSEMG não fosse esvaziado. Votaram contra a emenda que poderia trazer prejuízos para a saúde, fazendo com que deixasse de ser solidária, no sentido de que não fosse de todos, privilegiando alguns segmentos. De parabéns, esta Casa.

Mas o episódio que acho mais importante ressaltar é o da participação dos funcionários públicos estaduais, dos servidores do IPSEMG, irmanados com sua direção, episódio quase inédito. Muitas vezes esta Casa tem a participação popular nas galerias, mas não de maneira inteligente, compreensiva como a que vimos nos últimos dias. Vieram para esta Casa servidores dos diversos recantos de Minas Gerais e aqui acompanharam, quase que numa vigília cívica, a tramitação desse projeto.

Nós temos a chamada democracia de representação indireta. Mas o que aqui se viu foi quase o cidadão, o funcionário público votando pelo dedo do Sr. Deputado, na sua intenção, na sua vontade. Esta Casa sempre foi aberta aos interesses da população mineira e se abriu ainda mais nos últimos dias, mostrando sua prontidão quando um projeto de interesse dos mineiros entra em tramitação. O IPSEMG está fortalecido, com a saúde solidária preservada, e será o grande instituto que garantirá a saúde e a aposentadoria dos funcionários públicos de Minas Gerais. Transmito os parabéns aos servidores do IPSEMG, o aplauso e apoio desta Casa ao Diretor-Geral João Diniz Júnior, ao Diretor Dr. Roberto Bittencourt, a toda a diretoria do IPSEMG. Como disse ontem, em meu pronunciamento, vamos, desde já, criar a bancada do IPSEMG, sem medo, sem receio de parecer cabotino. O IPSEMG não é propriedade de uma só pessoa, de um só governo; o IPSEMG é patrimônio dos servidores mineiros, do povo de Minas Gerais, aqui muito bem representado quando da discussão dessa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a abordar a grave questão da segurança ou da falta dela no nosso Estado. Felizmente, em Minas, não temos índices tão graves de criminalidade como nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Mas os fatos negativos começam a se tornar freqüentes, aumentando a insegurança da família mineira. Trago editorial publicado hoje no jornal "Estado de Minas", intitulado "O Cúmulo da Insegurança": (- Lê:)

"Enquanto o Estado brasileiro vai sendo progressivamente desmoralizado pela ação de quadrilhas cada vez mais organizadas, louve-se a agilidade das polícias mineiras, que terça-feira conseguiram impedir o assalto à agência de uma grande rede bancária no centro de Belo Horizonte. Contando com o apoio de denúncia anônima pela população civil, a Polícia Militar logrou interceptar, no ato, parte da quadrilha, favorecendo o desbaratamento dessa ação planejada. Há, porém, que atentar para o momento delicado de extrema insegurança no qual se encontram os Estados limítrofes a São Paulo - e Minas Gerais constitui um alvo preferencial -, desde que as autoridades daquele Estado, recentemente, têm conseguido algumas vitórias isoladas na guerra contra os bandidos.

O estágio de conflagração geral por ação de quadrilhas de todo tipo, que ultimamente não se limita aos grandes centros urbanos, exige um mínimo de iniciativa por parte dos responsáveis. Voltadas para a campanha eleitoral, as autoridades federais devem ao País um plano de segurança, que ciclicamente retiraram da gaveta nos últimos anos, ao sabor da repercussão de crimes espetaculares, junto à opinião pública. A gravidade da situação brasileira requer mais que diagnósticos e declaração de intenções, que alimentam a atual temporada de 'marketing' político.

A grande verdade é que, ao lado da degradação das condições de sobrevivência, o País se ressentido da dilapidação das agências que integram a segurança pública. Das polícias estaduais às federais, incluindo-se aí a precariedade com que trabalha o corpo do Ministério Público, tudo se ressentido da carência de recursos e de uma política que signifique, realmente, a reformulação profunda da herança autoritária do aparato repressivo. Ao final de quase oito anos de mandato, o Presidente Fernando Henrique continua devendo ao Brasil o rumo prometido no dedo mindinho de sua primeira campanha, em 1994."

Solicito que esse editorial conste nos anais da Casa porque, mais que um alerta, é a constatação de que o Governo Federal falhou em muitos aspectos, mas também na questão da segurança. Começamos com pequenos projetos tímidos na área federal, como disse o editorial, ao sabor dos últimos acontecimentos policiais.

Por exemplo, é preciso que o Governador enfrente, de forma arrojada e decisiva, um projeto para desarmar a população brasileira. Não podemos mais conviver com a polícia desarmada, de um lado, e o cidadão ao sabor da sua vontade, sem experiência técnica, simplesmente comprando as suas armas de qualquer preço e calibre e guardando-as em sua casa para se proteger do banditismo.

É preciso que haja um basta na indústria armamentista brasileira, que tem um "lobby" muito forte no Congresso Nacional, que não deixa que se interrompa a produção e o comércio de armas. Todo cidadão acha que pode e deve ter arma em casa. Mas se todos fizermos isso, vamos ter a impossibilidade de enfrentarmos os níveis de insegurança. Refiro-me em particular à situação do Norte de Minas, em Montes Claros, onde, nos últimos 30 dias, foram assassinadas três pessoas homossexuais. Parece um trabalho dirigido para certa categoria, e não podemos ter outras palavras senão o protesto. Isso, para mim, é a escalada da violência. E o último episódio desses casos envolveu o bailarino Igor Xavier. Esse assunto está revoltando a população de Montes Claros porque os responsáveis estão soltos. A população montes-clarense está nas ruas, pedindo justiça, e até agora não foi atendida. Será que, se houvesse um desarmamento da população, haveria tantos crimes como estes que,

infelizmente, têm enxovalhado famílias mineiras e brasileiras? É preciso que o Governo enfrente isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo estadual está fazendo um trabalho concreto. Para o Norte de Minas, acabam de ser liberados recursos para se começar nos próximos dias a construção do Centro de Recuperação de Adolescentes em conflito com a lei, obra de R\$3.000.000,00, sendo R\$1.800.000,00 do Governo Federal e R\$1.200.000,00, do Governo do Estado. Os jovens em conflito com a lei não têm para onde serem recambiados pela justiça. Retornam às ruas, num crescendo de violência, para voltarem às malhas da lei depois de cometerem crimes ainda mais graves. Precisamos deter esses menores em uma casa onde recebam assistência médica, psicológica, odontológica, pedagógica, etc. Esse Centro que será construído pelo Governador Itamar Franco, pela Secretaria da Justiça é uma obra muito importante.

E, ao mesmo tempo em que é construído esse Centro, está sendo construída uma penitenciária de segurança máxima em Francisco Sá, também no Norte de Minas, obra de R\$7.000.000,00, para 250 internos. São fatos concretos e medidas essenciais para nossa região. Aliás, tenho destacado muito a obra moral do Governador Itamar Franco como sendo a maior do seu Governo, que é a de fazer Minas levantar a cabeça, levantar a voz e se fazer impor no cenário nacional. Minas não é um Estado como até há pouco tempo, quando o então Governador andava parecendo que tinha dobradiças na espinha, de tanto que se curvava para o Presidente da República.

Agora, Minas Gerais é altiva e tem demonstrado essa altivez nos grandes centros do País e do mundo. Além da obra moral, que é muito grande, no Norte de Minas temos duas grandes obras, a Barragem de Irapé e o Jaíba II, que marcarão, no aspecto de obras físicas, o Governo Itamar Franco, que, daqui a muitos anos, será lembrado como o Governo que resgatou essa região, com essas duas obras e, também, com o Centro de Recuperação de Adolescentes Infratores e a Penitenciária de Francisco Sá.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento, principalmente no que se refere à sua colocação em relação às ações do Governo para o combate à criminalidade e violência, sobretudo no atendimento à juventude.

A obra que V. Exa. anuncia é fundamental e, efetivamente, colocará o dedo na ferida, pois atenderemos aquele jovem cuja personalidade está em formação e que não tem um ponto de apoio para desenvolver suas atividades, caindo, muitas vezes, nas malhas fáceis da criminalidade e do narcotráfico. De repente, ele vê-se como usuário de drogas, em um caminho sem volta.

Essa obra em Montes Claros é muito importante. Todos nós, principalmente V. Exa., que já foi Secretário da Justiça, estamos empenhados na construção e realização desse Centro de Educação do Menor. Ontem, fiz um pronunciamento a respeito desse assunto. Já conversei com V. Exa. na parte da manhã e gostaria de convidar todos os Deputados para discutir efetivamente essa obra e apresentá-la à sociedade de Montes Claros, no dia 11 de abril, em uma reunião entre a Secretaria da Justiça, os Vereadores e a comunidade, dando uma resposta ao grande anseio da população montes-clarenses.

Aliás, Tadeu, essa iniciativa já foi ensaiada pelo povo de Montes Claros, mas, infelizmente, esbarrou na burocracia e na má-vontade, inclusive de Deputados Federais, que não vivem esse momento de ansiedade da população e impediram a construção, por parte da sociedade, de um centro de educação na cidade.

Mas, no dia 11, graças a Deus, estaremos apresentando à comunidade a construção da Escola - e não Centro - de Educação dos Menores de todo o Norte de Minas, devolvendo a nossos jovens a cidadania perdida. Parabéns.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço a V. Exa., lembrando que, quando Secretário, idealizamos esse centro de recuperação. Os projetos já estão prontos. Na semana passada, estivemos em Montes Claros, mas será muito bom receber a Secretária Ângela Pace, para nos dar mais informações sobre esse centro.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, quero pedir permissão para, primeiro, cumprimentar os funcionários do IPSEMG, que muito nos orgulham com sua presença nas galerias.

Quero cumprimentá-lo por sua fala. O Projeto Jaíba é a esperança de Minas Gerais, do Brasil, pois, por meio dele, enviaremos alimentos para todo o País e todo o mundo.

Quanto a Irapé, queremos agradecer o Governador Itamar Franco, porque essa barragem é a redenção do Jequitinhonha. Ali iremos incentivar o turismo e melhoraremos a produção de frutas e grãos.

Quanto ao Centro de Recuperação de Menores, gostaria de dizer que fiz de tudo para levá-lo para nossa querida cidade de Janaúba, mas aceitamos, de bom grado, sua construção em Montes Claros, uma cidade maior que a nossa, uma cidade-pólo. Estamos também lutando para construir um centro desses em Janaúba, pois os menores são o nosso maior problema na região.

Cumprimento V. Exa. por sua fala, como grande líder do Norte de Minas, Prefeito de Montes Claros por duas vezes, Deputado Federal e, hoje, ótimo representante da região na Assembléia. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço ao nobre Deputado Dimas Rodrigues sua participação. É um grande defensor dos assuntos de Minas, especialmente do Norte.

Continuaremos atentos. A segurança, hoje, tornou-se tema de primeira necessidade, assim como o arroz e o feijão em nossas casas.

É preciso que os Governos Municipal, Estadual e Federal dêem respostas concretas, para que se reduza o nível de insegurança e para que o banditismo seja contido a qualquer custo, a fim de que possamos dormir tranquilos em nossas casas, se Deus quiser. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia e público das galerias, cumprimento os servidores do IPSEMG que, em sua maior expressão de cidadania, compareceram a esta Casa para acompanhar todo o processo de um projeto de tamanha envergadura. Hoje estão tendo o retorno final de todo esse esforço e essa labuta. Na Comissão de Administração Pública, tivemos a oportunidade de observar que, no IPSEMG, há 1.200.000 segurados, aproximadamente. Portanto, trata-se de um projeto que representa muito para Minas Gerais e muito mais para o servidor, que estará tendo o seu destino definido no aspecto da previdência, da pensão e da saúde. Parabéns pela mobilização. Esse é um exemplo de cidadania para o resto do povo brasileiro.

Acompanhando a fala do companheiro que me antecedeu, Deputado Luiz Tadeu Leite, gostaria de dizer que essa questão relativa à segurança

pública tem-nos preocupado cada vez mais. Defendemos a escola e a saúde, mas, para que a nossa família possa buscar esses benefícios, é necessário que tenha segurança para voltar ao seu lar. A segurança pública tem de merecer uma atenção maior de todos nós, Deputados, Vereadores, Prefeitos e, principalmente, do Congresso Nacional e do Presidente da República, se é que podemos chamá-lo assim, porque já se encontra em seu oitavo ano de mandato e nada fez, como afirmou hoje o jornal "Estado de Minas", pela segurança pública.

Deputado Luiz Tadeu Leite, voltarei a falar sobre a ação desenvolvida por parte da Polícia Militar, na madrugada do dia 18/3/2002. O Governo Federal teve uma responsabilidade enorme naquele episódio ocorrido no Município de Contagem, porque aquelas armas utilizadas pelos marginais, cinco fuzis AR-15 e três pistolas semi-automáticas, são de fabricação estrangeira e entraram livremente pelas nossas fronteiras, até chegar ao nosso Estado. E foram apreendidos cerca de 500 cartuchos com aquela quadrilha. O que o Governo Federal tem feito para impedir que as fronteiras do País sejam um caminho fácil para que o tráfico de armas e de drogas possam chegar até as nossas famílias? Por mais distante que seja a cidade, o tráfico de drogas já chegou lá.

Por esse motivo, responsabilizamos diretamente o Sr. Presidente da República por estar completamente omissivo em relação à situação. Todos sabemos que a Polícia Federal possui um efetivo de cerca de 6 mil homens, enquanto na Argentina, que é um país muito menor, há 18 mil agentes federais. Portanto, o nosso País, que tem uma extensão continental enorme, não possui efetivo suficiente da Polícia Federal, que é a polícia competente para combater o contrabando e o tráfico de drogas.

Por outro lado, temos também as Forças Armadas, volto a repetir. Ontem, tivemos oportunidade de apartear o Deputado Carlos Pimenta. Temos as Forças Armadas, que nada fazem, que estão de braços cruzados. Estão esperando morrer mais milhares de pessoas todos os dias? Esperando que a nossa soberania seja afetada mais ainda com o tráfico de drogas e de armas? O que as Forças Armadas estão esperando? Por que o Governo Federal não utiliza um percentual dessas forças para vigiar as nossas fronteiras?

Quero deixar claro a todos que nos estão assistindo que não concordo, em hipótese alguma, que as Forças Armadas venham a fazer policiamento na região urbana, porque o Soldado do Exército é preparado para outro tipo de atividade. Ele não tem "know-how" nem habilidade, como a Polícia Militar, para tratar desse assunto. Em compensação, o tráfico de drogas e de armas deveria estar sendo objeto das Forças Armadas. Quem sabe assim elas seriam mais úteis à nossa população?

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, concordo com o seu pronunciamento. A Polícia Militar de Minas Gerais tem, talvez, o melhor preparo de todas as Polícias Militares do País, para combater a criminalidade. Vou dar um exemplo: Os jornais "Estado de Minas" de hoje e "Hoje em Dia" noticiaram um episódio que aconteceu ontem em Ubaí, cidade miudinha no Norte de Minas. Uma quadrilha assaltou um Banco em Januária, fugiu para Ubaí, cuja polícia - parece-me que apenas um destacamento - enfrentou os marginais, acabou prendendo alguns, sendo que houve também a morte de outros, fato que lamentamos. Lamentamos as mortes, mas queremos mostrar que a polícia tem coragem, está capacitada e transmite segurança para a população. A polícia de Ubaí provou isso. O Soldado estava com apenas um revólver 38. É importante dizer isso. Os Prefeitos, muitas vezes, mantêm a Polícia Militar com a frota de veículos, mas grande parte dos municípios não tem, sequer, um veículo digno, que rode e tenha a capacidade de acompanhar o que acontece. Cumprimento esses valorosos Soldados de Ubaí que defenderam a sua cidade, a sua região, mostrando eficiência.

Deputado Sargento Rodrigues, dou o meu apoio ao seu pronunciamento, que é perfeito. Temos de valorizar o policial militar, que tem na sua pessoa e na do Cabo Morais os seus defensores aqui. Eles acertaram em votar nesses dois Deputados, e a Assembléia, como um todo, tem de enaltecer um fato como esse e lutar para que a nossa polícia seja bem equipada, tenha veículos bons, em boas condições, e armamento para enfrentar de igual para igual os marginais. Esses não têm um pingão de dó. Atiram para depois perguntar. Matam. Ontem aconteceu o contrário. A nossa polícia mostrou eficiência e acabou com esses marginais que estavam aterrorizando o Norte de Minas.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Também cumprimento o nobre companheiro do meu partido, Deputado Carlos Pimenta. Parte da imprensa não tem tido a devida atenção e o zelo de enaltecer o trabalho da polícia, mas, quando ela erra, temos páginas e mais páginas, dias seguidos, triturando-a, pelos meios de comunicação. Gostaria que parte da imprensa desse esse destaque necessário, porque o 3º Sargento Elias da Silva Rocha, os Soldados Cléuber Geraldo de Oliveira e Cristóvão Afonso Moreira de Araújo, quando suspeitaram do veículo Fiat Fiorino em que se encontravam o gerente e sua família, tiveram ali um momento decisivo de iniciativa, de respeito à sociedade, que paga por segurança. Além do mais, a polícia tem o compromisso de prestar um serviço de qualidade. Esses homens têm de ser enaltificados, porque são eles que estão na ponta da linha, são eles que estão lá, na hora do fogo cruzado.

Tanto é que o outro, pobre coitado, estava pegando bico no outro lado e acabou na fuga, na perseguição. Esses bandidos invadiram o "drive-in" e mataram cruelmente Antônio Caetano Gandra, Cabo Gandra. Estava chegando ao exemplo da cidade de Jaíba. Esse policial que morreu não tem nada a ver com o Soldado Édson, que participou do assassinato do Promotor, segundo acusação. Temos de dar tratamentos diferenciados. O Cabo estava lá também pegando bico. E sabem por quê? Porque tem uma esposa e cinco filhos. Estava tentando pagar o apartamento que comprou, com uma atividade paralela. E nós não aceitamos isso. Já ocupei esta tribuna no dia 6 de março, para falar disso. Não aceito que o Comando da Polícia Militar ou o Governador nos enfiem isso goela abaixo. Não admito que digam que, a partir de hoje, estão proibidos. Quero saber qual a contrapartida dada. Será que alguém vai chegar e dizer aos policiais: "Agora você não vai mais morar nessa favela, ao lado do ponto de tráfico, mas nesse apartamento de dois quartos, longe da periferia, num lugar digno"? Será que alguém vai lhes dar essa contrapartida? Queria chegar a essa reflexão. Não podemos simplesmente falar que, se o Soldado Édson participou da morte do Promotor Francisco José Lins do Rego, todos os outros que estão pegando bico também estão envolvidos com a banditagem. A prova disso é que a Polícia Militar deu dois exemplos recentes de pessoas que verdadeiramente têm compromisso com o que fazem. Quando o Sargento desconfiou da atitude dos ocupantes do Fiat Fiorino, tomou uma iniciativa. Ali foi questão de iniciativa, de compromisso com a sociedade. E ele falou: "Não, vou abordar aquele veículo, porque seus ocupantes estão em atitude suspeita". Foi com essa iniciativa, com esse grau de compromisso que acabou resgatando aquela família e tendo o confronto com os marginais, com desvantagem, porque não tinha um fuzil R15 dentro da viatura.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, quero cumprimentá-lo pela sua fala, pela sua brilhante atuação nesta Casa, defendendo seus companheiros da gloriosa Polícia Militar e os mineiros de modo geral.

Concordo com sua fala. O Governo Federal não está preocupado com a segurança do nosso povo. Prova disso é a pendência que estava, até há poucos dias, com a nossa Polícia Federal. Este Governo tem vendido nossas riquezas e evitado que uma das reservas morais de Minas Gerais, que é o Governador Itamar Franco, chegue à Presidência, manipulando o PMDB nacional e evitando que o País volte a crescer. Itamar Franco foi um senhor Presidente, fazendo nosso PIB crescer muito. Estamos perdendo essa oportunidade de ter o nosso Governador governando novamente este País. A culpa é de quem? Dessa máfia do Governo Fernando Henrique Cardoso. Parabéns, mais uma vez.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Quero cumprimentar o Deputado Dimas Rodrigues e agradecer suas palavras. Quero falar sobre o exemplo dado, que consta nos veículos da imprensa escrita, a respeito dos acontecimentos na cidade de Jaíba. Temos um exemplo bem próximo, em Itinga. Já ocupei esta tribuna para denunciar a situação em que se encontra o destacamento. Não queremos dizer que a polícia mereça um lugar especial, melhor do que o de qualquer servidor. Não é isso. Mas o policial é o único servidor que porta arma na cintura. É o único que, em virtude da ação policial, pode até tirar a vida de outrem, em legítima defesa ou em defesa de terceiros. No destacamento de Itinga, não há um colete para os policiais, não há armamento pesado. Lá só há um revólver 38; não há fax, não há telefone, não há rádio transmissor. Lá só estão os cinco policiais e revólveres. Dizer que lá não acontecem essas coisas não é verdade. Elas acontecem, sim. Se assim fosse, assalto a Banco não aconteceria no Norte de Minas, perto de Jaíba, perto de um destacamento minúsculo, com efetivo de aproximadamente quatro ou cinco policiais.

Portanto, é necessário que o Governador Itamar Franco e o Cel. Álvaro revejam esse posicionamento referente aos bicos e deem à polícia tudo de que precisa: instrumentos, equipamentos e a garantia ao policial dos seus direitos como trabalhador.

Sr. Presidente, deixamos aqui os nossos parabéns aos companheiros do destacamento da PM de Jaíba e da Cia. de Recobrimento de Contagem, que demonstraram, mais uma vez, o grau de eficiência da PM. Acima de tudo, demonstraram o respeito pelo cidadão e o compromisso que, como servidores públicos, têm com a população. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Braga* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes neste recinto, venho a esta tribuna para fazer algumas considerações. Antes, farei reflexão sobre a situação de ser Deputado. A maioria dos parlamentares desta Casa, por ser oriunda do interior, está acostumada a lidar com as populações interioranas. Ao chegar aqui, em face das discussões, sentimos dificuldade em exercer a nossa função. Se é difícil governar, mais difícil fica para nós, Deputados, que representamos o povo, direcionarmos a nossa ação para a defesa dos legítimos interesses da população. Digo difícil porque acredito que todos os Deputados vivem a angústia de querer resolver os problemas sociais do nosso Estado, mas encontramos dificuldades em buscar um caminho que melhore a qualidade de vida da população que representamos.

Apesar de tais dificuldades, uma ação serena, eficaz e inteligente da Assembléia, em consonância com o Governo do Estado, poderá melhorar a situação e apresentar solução para os graves problemas de governabilidade, que são o resultado de erros históricos de governos anteriores e do modo de pensar de determinados partidos e grupos políticos.

Digo isso para iniciar o assunto que realmente me trouxe a esta tribuna. Desde ontem, tive o desejo de me pronunciar a respeito do projeto do IPSEMG, aprovado hoje. Desde os primeiros dias em que estive nesta Casa, participei de discussões a respeito da previdência social e de outros assuntos pertinentes ao Governo do Estado. Sempre ouvi dizer que um dos problemas crônicos é justamente a previdência social. Sobre o outro, pouco se fala: a dívida do Estado. Esses dois problemas - previdência social e dívida -, às vezes, dada a sua complexidade, são relegados a segundo plano.

Isso porque todos sabemos que são duas as dificuldades que enfrenta o nosso Governo. Por isso, queremos iniciar enaltecendo a ação do Governo Itamar Franco.

A moratória, no início de seu Governo, tão discutida e tão combatida, nasceu da visão do estadista de que não era possível pagar a dívida de Minas Gerais sem comprometimento social e sem o comprometimento dos interesses do povo de Minas Gerais, sobretudo procurando a resolução de seus problemas mais simples, inclusive os problemas primários, de vida, de sobrevivência, devido às características de pobreza e fome da população brasileira.

Um dos grandes entraves, hoje, para que se possa governar este País é a questão da dívida. Mas tínhamos outra preocupação, que nasceu no dia em que ouvimos alguém, que fazia um levantamento da previdência social para o Governo, dizer que o que temia era a chegada do dia em que Governo não teria condições de fazer o pagamento dos direitos adquiridos, principalmente o de aposentadoria.

Por isso, quero enaltecer a ação do Governador Itamar Franco, que tomou a iniciativa de enviar esse projeto da Previdência, mostrando ser alguém que está com um olho no futuro deste Estado, já que previdência, naturalmente, não tem uma solução imediata. Através do estudo inteligente de todos os que participaram das negociações, incluindo os usuários e os funcionários da Previdência, naturalmente liderados por suas lideranças e por seu Presidente, chegamos a bom termo.

Quero ainda enaltecer a Presidência e a diretoria do IPSEMG, que não precisavam de minhas palavras, porque a presença maciça e a manifestação dos funcionários foi um atestado inequívoco de que o Instituto está sendo bem dirigido.

Sou servidor do quadro do IPSEMG no interior, como médico. Quando visito o local em que exerci o meu trabalho, tenho percebido em meus colegas alegria e aumento de auto-estima, por sentirem que, hoje, a Previdência realmente reconhece não só o funcionário, mas sobretudo o ser humano que está ali, na agência do interior, servindo ao IPSEMG e, através dele, servindo ao funcionalismo do Estado de Minas Gerais.

Portanto, deixo a minha saudação a todos e a toda a diretoria do IPSEMG, que, juntamente com os funcionários que aqui estiveram, foram peças importantes e fundamentais para que tivéssemos esse avanço para, pelo menos, oferecer ao funcionalismo público a possibilidade de uma previdência que realmente venha a responder aos anseios de cada um. A preocupação com a aposentadoria, é claro, é de todos aqueles que sabem que, um dia, não terão mais a oportunidade de exercer seu trabalho diuturno e sentirão necessidade; não poderão prescindir de uma previdência que lhes dê a garantia necessária.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Ilustre Deputado José Braga, quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento. V. Exa. está sendo preciso em suas afirmações ao fazer esse histórico de toda a movimentação que aconteceu no Plenário, com a presença dos funcionários e dos usuários do IPSEMG.

Quero dizer que nunca vi, em minha vida, um poder de mobilização tão grande quanto o que presenciamos aqui, não só pela presença dos funcionários, que estão imbuídos de um só pensamento e sentimento, mas, principalmente, pela mobilização em todo o Estado de Minas Gerais. Devo ter recebido, seguramente, mais de 200 telegramas, cartas de Diretores de Escola, professores, médicos, pessoas que trabalham nas agências do IPSEMG, mostrando a necessidade de a Assembléia respaldar esse movimento, que é o mais legítimo possível. Hoje, vimos nascer a vontade dos funcionários, não só de lutar pelos seus direitos, mas também pela instituição, que é secular e precisa ser reforçada, precisa de base e de lastro, para que possa ter essa nova missão e condições de levá-la a efeito.

Quero cumprimentá-lo e, de uma maneira muito especial e verdadeira, cumprimentar as pessoas que aqui estão e que foram responsáveis por este "show" de votos e de trabalho ocorrido na Assembléia, pela sensibilização dos Deputados da Situação e da Oposição, numa luta incomum para o fortalecimento do órgão. V. Exa. está de parabéns e também estão de parabéns todos os usuários do IPSEMG, principalmente aquelas pessoas que fizeram uma corrente de fé e de oração para que a Assembléia pudesse dar o sim, o respaldo a esse movimento que engrandece, verdadeiramente, nosso IPSEMG. Parabéns.

O Deputado José Braga* - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta, porque suas palavras reforçam o pensamento que tive a intenção de emitir aqui, o qual é exatamente minha admiração e meu respeito por mais essa jornada empreendida pelos funcionários públicos, sobretudo pelos funcionários do IPSEMG. Numa hora em que a dissensão é a tônica da política e da convivência no mundo, tivemos a oportunidade de observar que uma classe estava muito unida e coesa em torno de um objetivo comum. Portanto, quero deixar aqui, como participante do quadro do IPSEMG, meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para o bom êxito dessa jornada. Espero que possamos ter, no futuro, nesse Instituto, uma direção tão segura quanto aquela que hoje está à frente dele, porque, assim, creio eu, poderemos sonhar com um dia melhor, em que os servidores públicos possam ter a tranqüilidade, ao longo dessa caminhada, de ter a certeza de que sua aposentadoria não correrá

risco e será sempre garantida, desde que o IPSEMG tenha oportunidade de manter a responsabilidade com que é dirigido neste instante. Com a visão de futuro que tem o Governador Itamar Franco, tenho a certeza de que o futuro irá reconhecê-lo como responsável por uma previdência também responsável no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, estamos, no dia de hoje, muito contentes, porque, aproximadamente há três anos, iniciamos uma luta nesta Casa para impedir que cerca de R\$100.000.000,00 continuassem sendo sonogados por ano. Sabemos que o índice de sonegação, que será comprovado agora, era da ordem de 90% a 95% de todos os atos notariais e de cartórios praticados no Estado de Minas Gerais.

Depois de termos feito estudos, identificamos que o Poder Judiciário não dispunha de mecanismos suficientes para fazer essa arrecadação, proceder à fiscalização e impedir que esses recursos fossem para os bolsos privados em vez de irem para os cofres públicos e se transformarem em melhor qualidade de vida para a população. R\$100.000.000,00 é valor considerável.

Aprovamos o projeto que criou o selo de fiscalização, mas tivemos que brigar nesta tribuna, única trincheira que temos, a do parlamento, dos microfones, da voz e da fala. Pressionamos, e dois anos depois de ter sido vetado pelo Governador, derrubamos o veto neste Plenário. Teremos hoje, às 17 horas - e sei que o Sr. Presidente vai estar presente -, o lançamento oficial do selo de fiscalização dos atos notariais e de cartórios.

Quero deixar registrado o nosso reconhecimento pela atuação firme e decisiva do Presidente do Tribunal de Justiça, Gudesteu Biber, que, ao assumir a Presidência, no meio do ano passado, na presença do Deputado Antônio Júlio e na minha presença, assumiu o compromisso de implantar o selo. Cumpriu todo o cronograma prometido. Em janeiro, tive o prazer de ser convidado para a assinatura do convênio com a Casa da Moeda para a confecção e a distribuição do selo. Hoje também tive a honra de ser convidado para estar presente ao lançamento oficial desse selo.

Quero registrar também o importante papel do Corregedor-Geral de Justiça, Dr. Murilo José, a quem visitei, que me explicou com os seus técnicos, todo o trabalho que a Corregedoria, a partir do selo de fiscalização, está fazendo para dar maior credibilidade a todos os atos notariais e de cartórios. Sabemos que não havia só a evasão de recursos públicos, mas também a facilidade de falsificação de documentos de toda a ordem em Minas Gerais. Agora, isso já não será possível, graças a essa lei, a essa regulamentação do selo.

A partir do mês de abril, nenhum ato notarial nem de cartório no Estado terá validade se não tiver o selo de fiscalização. Segundo estimativa, o Estado vai arrecadar mais R\$100.000.000,00 do que arrecadava. Há ainda duas outras grandes vantagens. O nascimento e o óbito do Imperador Fernando Henrique II, que implantou no País, por ato demagógico, não disse quem pagava a conta e até hoje não havia recurso para garantir essa gratuidade dos atos notariais e de cartório. Daí, a nossa alegria, a satisfação de poder, no dia de hoje, participar desse lançamento. Agora o nascimento e o óbito já estão garantidos. Mais do que isso, o Estado terá como arrecadar e poderá, sem dúvida, transformar esse recurso, se tiver competência, em mais escolas e hospitais, em desenvolvimento e melhor qualidade de vida para a população. Além disso, quantos problemas causados pelas falsificações serão evitados. Era muito simples criar qualquer carimbo. Quantos documentos, quantas pessoas em inventário, quantas propriedades contestadas, quantas falsificações favorecendo o crime organizado. A Casa da Moeda, além da sua credibilidade, tem agora um selo que torna impossível a repetição de todos os códigos. Além de já ter experiência por produzir a moeda do País, dá a garantia de que aquele selo não será copiado. Além disso, o controle que a Corregedoria de Justiça fará facilmente inibirá qualquer pessoa que pense em falsificar esse selo.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. pela oportunidade. Queria apenas me associar à alegria e à satisfação de V. Exa. Naturalmente que emana de questão que se refere ao dever cumprido. Acompanhei bem a trajetória de V. Exa. na luta pela aprovação desse projeto e confesso que, como muitos outros Deputados, não tenho observado, como V. Exa., a importância e a grandeza desse projeto, aparentemente simples para o Estado, sobretudo do ponto de vista de arrecadação. Há pouco fazia um pronunciamento desta tribuna e pensava que muita coisa poderia ser feita para resgatar algum recurso que às vezes é desperdiçado aqui e ali, para que pudéssemos organizar o Estado. Parabenizo a V. Exa.

O Deputado Miguel Martini - Agradeço a V. Exa. por essas palavras tão belas. Reconheço que, vindas de V. Exa., tem peso ainda maior, pela forma como V. Exa. se tem conduzido nesta Assembléia Legislativa. Meu agradecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Corregedor de Justiça do Estado, aos companheiros, que, sensíveis a isso, não só aprovaram o projeto, como também derrubaram o veto do Governador; também ao Presidente Antônio Júlio, pela forma firme como se colocou em defesa deste Poder e de mais essa lei, que agora será efetivamente aplicada e praticada no Estado.

Em relação à Previdência, sabemos que o grave problema deste País e do Estado está no sistema previdenciário. Sabemos quanto da folha de pagamento é consumido com os inativos e pensionistas. Sabemos também da importância para o servidor público, como para qualquer cidadão, de que tenha garantia previdenciária.

É um direito de todo cidadão. O Poder Legislativo fez sua parte, debateu, discutiu, discordou, quer seja da base de apoio ao Governo, quer seja da Oposição. Sabemos que nenhuma lei é perfeita, somente a de Deus o é. Mas o Poder Legislativo tentou encontrar o melhor modelo de legislação para a previdência do Estado de Minas Gerais. Parece-me que, pelos cálculos preliminares, serão, mais ou menos, R\$70.000.000,00 de arrecadação mensal. Sabemos que os mecanismos de controle criados têm de ser levados a sério. Tivemos um modelo de previdência, no Brasil, que falhou, que fracassou, exatamente pela forma equivocada de condução desses recursos. Estamos falando em previdência, na melhor das hipóteses, em médio prazo, mas, de modo geral, em longo prazo. Se não houver uma atenção especial não só do Poder Legislativo, fiscalizador por excelência, mas, também, de todos os funcionários interessados, poderemos ter problemas mais à frente. E teremos tanto menos problemas quanto mais atenção tivermos. Precisamos pensar o servidor público como um conjunto, como um todo, não apenas uma parcela que interessa ao meu grupo, à minha facção. Está nas mãos dos servidores e do IPSEMG a condução desse processo que apenas se inicia. Parabéns àqueles que lutaram, que defenderam essas propostas. O PSB manteve seu compromisso, votando de acordo com a melhor orientação, de acordo com os sindicatos, com os representantes dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, todos nós sabemos que a grande luta de todos os democratas deste País é pela manutenção e preservação do espaço público.

Todos estamos assistindo ao fato de que as políticas neoliberais, implantadas por FHC e toda sua turma, a turma do grampo, vêm, cada vez mais, cerceando o espaço público, com as privatizações. Em um universo de curto prazo, este Governo pretendia privatizar o sistema de previdência e mesmo a saúde.

Nesse sentido, quando assistimos, em Minas Gerais, a um movimento de resistência a esses dois novos crimes impetrados pelos defensores das políticas neoliberais, temos de saudá-lo como algo muito positivo.

Vimos que houve um compromisso de campanha do Governador Itamar Franco de garantia de participação dos servidores na gestão do IPSEMG. Esse compromisso, com a indicação do Júnior, para a Presidência, e do Braga, companheiros oriundos do movimento sindical, além de outros profissionais, garantiu, em três anos de administração, a transformação do IPSEMG em um espaço de prestação de serviço aos servidores públicos estaduais que prima pela excelência, pela boa qualidade. (- Palmas.)

Os números falam por si, mas não gostaria de falar dos números. Quando assistimos a vários momentos do IPSEMG na Assembléia, vemos estampada a satisfação dos servidores com seu Instituto, os quais vêm aqui manifestar, de forma democrática, sua posição. Esse é o retrato mais fiel do bom caminho que trilha o IPSEMG.

Agora, com o Projeto de Lei nº 48, vemos que esta Casa contribuiu com esse processo, dando um passo decisivo, ampliando competências e garantindo realmente que o futuro Instituto de Aposentadoria do Estado terá uma administração séria, uma gestão democrática e viabilidade real de manutenção e autogestão.

Hoje é um dia de alegria para o Poder Legislativo. É um marco na história do Estado de Minas Gerais. Esta Casa, com a participação do Governador, da direção do IPSEMG e de servidores conscientes, está dando um passo no sentido de resguardar, neste País, o espaço público, impedindo a privatização da previdência. (- Palmas.)

É bom que se diga, Sr. Presidente, que, no ano passado, à época das acusações contra a atual diretoria do IPSEMG, denunciemos que estava por trás um movimento de um setor do Governo que queria privatizar, pois percebeu que, no segundo ano de gestão do IPSEMG, havia um superávit de R\$50.000.000,00, mostrando que era possível administrar com seriedade, prestar bons serviços e, ao mesmo tempo, ter recursos disponíveis para outra ação. Esta Casa deu um golpe nesse setor do Governo atual, que imaginava que as garras da iniciativa privada do sistema de previdência social pudessem ser lançadas contra o nosso Instituto.

Falo como professor da rede pública estadual, há mais de 20 anos, que estou satisfeito de ter o meu futuro, a minha aposentadoria e os benefícios para minha família nas mãos de uma instituição séria, com a gestão democrática de seus servidores.

A votação que iremos fazer agora representa esse marco, esse avanço. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Xerox Comércio Indústria Ltda. Objeto: locação de 2 publicadoras digitais 5136 e manutenções preventiva e corretiva. Objeto deste aditamento: alteração dos módulos de acabamento. Vigência: a partir da assinatura.